

## PARECER JURÍDICO

**Referência:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2021 - SEMOB.

**Dispensa de Licitação Nº 017/2021 - SEMOB**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

**Objeto:** Locação de Imóvel para fins não residenciais.

Senhor Secretário(a),

Consta deste processo que a **Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**, autoriza a locação de Imóvel para **abrigar as instalações da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**. Consta nos autos do processo laudo de vistoria para locação, onde foi identificado o menor valor locatício, sendo esse de **R\$ 3.750,00 (Três mil, setecentos e cinquenta reais) por mês e R\$ 41.250,00 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta reais) como valor global do Contrato ao final de 11 (onze) meses**, tendo como responsáveis técnicas as engenheiras **LORRANA LYS NEVES FORTE** e **ELLEN KALLWANA MOURA VIEIRA**, inscritas no **CREAMA** sob o nº 111848015-5 e nº 1119799082-4, respectivamente.

Após a devida tramitação, a sobredita Secretaria, encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica para a emissão de parecer.

É o breve relatório, passo a opinar.

Desde logo, verifico que a locação pretendida pode ocorrer com dispensa de licitação, pois se destina a atender finalidade precípua, conforme o **artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93, in verbis:**

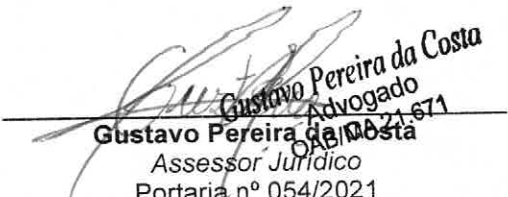
**Art. 24. É dispensável a licitação:**

**X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994). (GRIFEI).**

Desse modo, com fundamento na legislação acima citada, opinamos no sentido de que a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO** efetue a contratação, com dispensa de licitação, tendo em vista que o valor total se enquadra dentro do limite estabelecido no **artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº. 8.666/93**.

É o parecer.

Buriticupu/MA, 11 de fevereiro de 2021.

  
Gustavo Pereira da Costa  
Advogado  
Assessor Jurídico  
Portaria nº 054/2021